



A atuação das centrais sindicais brasileiras no novo ciclo de greves

Mateus Oliveira dos Santos, Andreia Galvao

Resumo

A presente pesquisa analisa a relação entre o novo ciclo de greves e o posicionamento político-ideológico das centrais sindicais na organização e comunicação com suas bases ante as demandas dos trabalhadores em seu local de trabalho, levando em consideração a conjuntura econômica e as políticas aplicadas pelos governos de Dilma (PT) e Temer (MDB).

Palavras-chave:

Sincialismo, greve, ideologia..

Introdução

A partir de pesquisa realizada na quota PIBIC 2016-2017, constatamos o aumento expressivo no número de greves anuais no Brasil a partir de 2008, marcada pela predominância de greves defensivas frente às propositivas do período anterior (2003-2007).

Após a caracterização das dinâmicas internas à atividade grevista, prosseguimos a pesquisa através de um levantamento bibliográfico analisando o impacto econômico e político na esfera do trabalho no período.

Tendo em vista a pulverização da representação dos sindicatos devido a formalização de diversas novas centrais, observamos ainda os reflexos ideológicos destas na imprensa sindical.

Resultados e Discussão

O aumento no número de greves desde 2008 altera a predominância das greves propositivas pelas defensivas e é impulsionado pelas greves no setor privado da indústria e dos serviços (Dos Santos, 2017).

Representam, por um lado, setores historicamente organizados que adquiriram conquistas nos governos de Lula-PT (2003-2010), mas que vinham sofrendo com a reestruturação do processo produtivo e a flexibilização do trabalho (Krein & Biavaschi, 2015); e por outro, setores com postos de trabalho precarizados recém-criados ou formalizados e que puderam ser sindicalmente organizados pela primeira vez (Baltar & Leone, 2015).

A representação institucional dos trabalhadores destes setores, via filiação do sindicato de base a uma central sindical, apresenta formato semelhante a representação do conjunto dos sindicatos no Brasil (ver Tabela 1).

A partir de um levantamento da imprensa sindical das principais centrais de 2013 a 2017 ("Revista da UGT", "Jornal da Força", "Jornal da CUT", "Revista Visão Classista", assim como os editoriais e notas da imprensa virtual), constata-se a constante denúncia às práticas patronais de impor políticas contrárias à legislação trabalhista vigente, reproduzindo nas filiais brasileiras modelos de exploração capitalista aplicados pela empresa em outros países.

Ainda em 2013, aparece o discurso de manutenção da unidade sindical, reflexo das distintas posições que as centrais tomaram frente às políticas econômicas do governo de Dilma Rousseff e aos candidatos que apoiariam na eleição de 2014. Evidencia-se a desfragmentação do campo sindical que compunha a

"frente neodesenvolvimentista" que deu base aos governos do PT.

Posicionam-se, ainda, de forma diferente ante ao impeachment de Dilma e às reformas propostas pelo governo de Michel Temer (MDB), quando as centrais se posicionaram em polos opostos na defesa do mandato do PT e da reforma trabalhista.

Tabela 1. Percentual de contribuintes por central sindical por setor (2013).

Setor	Central Sindical*					
	CUT	FS	NCST	UGT	CSB	Outros
Alojamento e alimentação	12,40	32,89	28,74	21,48	0,07	4,42
Indústrias de transformação	33,54	36,18	12,47	7,68	1,06	9,07
Outras atividades de serviços	17,48	16,11	6,90	16,87	33,35	9,29
Transporte, armazenagem e correio	34,32	10,34	30,51	10,79	1,14	12,90

Fonte: Ministério Público do Trabalho e Previdência Social.

*CUT (Central Única dos Trabalhadores), FS (Força Sindical), NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores), UGT (União Geral dos Trabalhadores), CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Conclusões

Deflagradas pelos sindicatos de base, as greves a partir de 2008 passaram a reagir de forma defensiva frente à continuidade da reestruturação produtiva e às novas formas de exploração.

As greves defensivas e de denúncia repercutiram na imprensa sindical, ainda que as diferentes centrais sindicais tenham divergido quanto às respostas dos governos ante suas demandas. A cisão evidenciada na imprensa sindical desde 2013 se acentuou no processo de impeachment e nas reformas de Temer, onde as centrais se dividiram na defesa das políticas necessárias à resolução dos problemas de suas bases.

Agradecimentos

Agradeço à professora Andréia Galvão, orientadora desta pesquisa, no acompanhamento dos trabalhos e desenvolvimento da discussão. Agradeço também ao PIBIC/CNPq pelo seu financiamento.

Baltar, P.; Leone, E. "Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social". *Estudos Avançados*, 29 (85), 2015, p. 53-67.

Dos Santos, M. *O novo ciclo de greves no Brasil e sua relação com as manifestações de 2013*. Relatório final PIBIC quota 2016-2017. Campinas, 2017.

Krein, D; Biavaschi, M. B. "Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho no Brasil dos anos 2000". *Revista Cuadernos del Cendes*, v. 32, n. 89, 2015, p. 47-82.